

# BANANAL: TRABALHO E VIVÊNCIA EM UMA COMUNIDADE DE NEGROS

*Albertina Lima Vasconcelos\**  
*Argemiro Ribeiro de Souza Filho\**

## RESUMO

*Neste artigo, analisamos a comunidade negra de Bananal, localizada nas proximidades do Município de Rio de Contas, Bahia. Utilizando a técnica da História Oral, colhemos depoimentos de moradores do arraial e procuramos resgatar suas perspectivas de vida frente às lembranças e trajetórias familiares, que se confundem com o percurso histórico da comunidade. Vemos revelarem-se, assim, múltiplos aspectos do cotidiano dos arraiajados que trabalham como lavradores e cultivam hábitos e costumes seculares, a despeito de inúmeras transformações impostas pelo Estado, que intervém na comunidade com políticas, tecnologias e valores próprios da sociedade moderna.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Comunidades Negras; Memória; Racismo; Resistência.*

O final do século XX, segundo o historiador Ciro Flamarion Cardoso (1997), foi marcado por uma forte *crise de civilização*, que, de forma direta, incide e afeta o caráter da disciplina histórica na medida em que ameaça tudo à sua volta, incluindo-se aí conceitos fundamentais para o entendimento da nossa sociedade como, por exemplo, civilização e cultura. A essa crise

\* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em História pela UNICAMP. E-mail: [aliva@uesb.br](mailto:aliva@uesb.br)

\*\* Mestrando em História pela UFBA. E-mail: [mirovisky@hotmail.com](mailto:mirovisky@hotmail.com)

paradigmática relaciona-se, de maneira proeminente, a ambição da Nova História, que tem se ocupado essencialmente da diversidade dos objetos e da alteridade cultural entre sociedades e no âmago de cada uma delas. Nossa abordagem se insere nessa perspectiva em que prevalece a necessidade de reconhecimento de uma História Cultural que possibilite a abordagem da pluralidade, permitindo a compreensão das diferentes formas de relações e de sociabilidade e de como estas se manifestam em comunidades isoladas. Ronaldo Vainfas configura esta noção a partir de alguns elementos: a recusa do conceito vago de mentalidades; a preocupação com o social; e, finalmente, a valorização das estratificações e dos conflitos sócio-culturais como objeto de investigação (1997, p. 128).

Intermediando esse ponto de vista conceitual-teórico-metodológico, procuramos, através da técnica da História Oral, analisar o comportamento sociocultural da comunidade negra de Bananal, localizada 18 Km a oeste da cidade de Rio de Contas, Chapada Diamantina Meridional, Estado da Bahia.

Sem a pretensão de dissecar códigos ou mesmo conceitos dentro da complexidade das manifestações culturais, traçamos como objetivo observar o papel da cultura como força motivadora de transformação histórica, ao mesmo tempo em que buscamos afastar a simples explicação que privilegia a correlação de base/superestrutura para a formação dessas percepções. Para tanto, utilizamos como parâmetro a discussão suscitada na obra **O queijo e os vermes** pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1987) sobre como a cultura das classes subalternas ou a cultura popular se comporta, se adapta, resiste ou escapa às imposições e valores da cultura das classes dominantes. Por esse modo, as investigações que privilegiam a articulação da linguagem como instrumento de interpretação e manifestação da liberdade constituem o eixo temático deste artigo.

No plano mais geral, o estudo sobre os negros no Brasil já há algum tempo vem sendo ampliado a partir de novos enfoques e análises, mormente na área de História que, sob a influência dos *Annales*, levou um grande número de historiadores a rediscutir concepções sobre a escravidão e, mais especificamente, sobre o escravo. A proposta de abordagem dessa temática pela História Social e pela História Cultural tem trazido contribuições que rompem com a dicotomia da relação estante senhor/escravo e com a idéia de escravo coisa. Prova disso são os trabalhos que versam sobre revoltas

escravas, cotidiano e famílias no contexto escravista, contribuindo para desmistificar a visão do escravo resignado, submisso à sua condição, ou mesmo desprovido de traços culturais autônomos. Tais trabalhos contribuíram para colocar em xeque uma produção acadêmica que, além de disseminar uma interpretação equivocada, ajudou a difundir preconceitos e discriminações com relação ao negro na sociedade brasileira.

Contribuíram para o crescimento dos estudos sobre populações negras, particularmente as remanescentes de quilombos, a utilização de novas formas de leitura de documentação oficial (a exemplo de inventários, testamentos, processos-crime etc.) e a adoção da História Oral, que se consolida como um importante instrumento de pesquisa, capaz de colocar em evidência as populações marginais existentes em nossa sociedade (Bosi, 1987).

Em nosso estudo, buscamos perceber como Bananal, uma comunidade negra que teve sua origem com a exploração do ouro no século XVIII, conseguiu sobreviver até os dias atuais, fazendo uso de incipiente agricultura de subsistência e mantendo preservada uma identidade étnico-cultural.

A opção pela História Oral possibilitou que penetrássemos no universo das relações coletivas e individuais daquela comunidade e que conhecêssemos aspectos da sua sobrevivência no dia-a-dia como, por exemplo, a sua relação com a terra e as formas de exploração do solo bem como as práticas religiosas e representações culturais.

Durante a nossa pesquisa de campo, realizamos entrevistas qualitativas com os moradores mais antigos da comunidade que possuíam representatividade e que, por isso, eram legitimados para falar em nome da comunidade.<sup>1</sup> Buscamos ouvir um número equilibrado de homens e mulheres, no intuito de perceber a fala específica de cada um a respeito das questões tratadas.

As entrevistas coletadas forneceram-nos informações a respeito do comportamento dos moradores daquela comunidade diante do casamento, da saúde, do racismo e do preconceito, da educação e do poder público, além de evidenciar outras questões vivenciadas no cotidiano da comunidade, como a ocorrência do fluxo migratório, sobretudo da população masculina predominantemente jovem. A relação com os órgãos do Estado, o impacto

---

<sup>1</sup> Entrevistas realizadas, em março de 1998, com os seguintes moradores do Arraial de Bananal: Anacleto Nicolau Ribeiro, Eliseu Celestino de Aguiar, Maria Anunciada Ferreira, Maria de Lurdes N. Aguiar, Maria Mercedes dos Santos, Maria Santa Cruz de Souza, Sebastião Celestino de Aguiar.

da construção da barragem do Rio Brumado e, finalmente, as mudanças decorrentes da exploração turística, que vem florescendo na região, foram também registradas nas falas dos depoentes.

Em Bananal, a forma de propriedade e o uso da terra atuam como elo entre as pessoas que ali residem. Possuir uma gleba de terra para produzir é a garantia de sobreviver e, ao mesmo tempo, pertencer ao grupo. Muito embora não seja possível determinar, com precisão, o momento de fixação daquelas pessoas na área, Marcos Messeder e Marco Martins, ao estudarem as comunidades negras no entorno de Rio de Contas, admitem que *no que tange aos arraiais negros, nada foi descoberto, até o momento, que permita mapeá-los historicamente. A tradição oral do grupo remete a um momento impreciso de estabelecimento no local, relacionado à ação mineradora* (1991, p. 40). Os autores concluem que o processo de ocupação da área remonta a, aproximadamente, um século e meio.

Os entrevistados, ao se referirem à origem da comunidade, mencionam que seus ancestrais há muito ali residiram, situando a ocupação do território em um passado vago e remoto. Eliseu Celestino de Aguiar, 83 anos, por exemplo, assim se expressa: *esse local aqui em Bananal foi compra do meu bisavô, Joaquim Ribeiro, foi ele quem comprou esses terrenos aqui*. Também Maria Mercedes dos Santos conduz a esse período: *a compra da terra foi da minha bisavó que comprou de um homem, mas comprou e deixou. Nós só sabemos até este ponto*. Ainda sobre a origem da comunidade, Sebastião Celestino de Aguiar diz: *o bisavô do meu avô foi o que chegou aqui primeiro*.

Esses relatos, com base na memória e revelados pela oralidade, remetem-nos ao menos a meados do século XIX, em plena vigência do sistema escravista no Brasil. No entanto, quando questionados sobre a existência de escravos em suas famílias, os moradores, em sua totalidade, alegam que os seus antepassados não viveram tal experiência. Se, por um lado, está negação pode ser reconhecida como estratégia de resistência, por outro, impede a recuperação da memória sobre a escravidão naquela comunidade.

Ao que tudo indica, a consciência coletiva da comunidade apagou, talvez como mecanismo de auto-afirmação da condição de homens livres, qualquer lembrança que pudesse denunciar o seu passado histórico ligado à escravidão. Neste ponto, a fala de Anacleto Nicolau Ribeiro é bastante representativa do conjunto da comunidade, ao afirmar que em sua família não houve escravos: *meus avô não foi escravo, meus pai não foi escravo*. Assim também

a de Eliseu Celestino de Aguiar, que diz que não chegou a conhecer nenhum ex-escravo, acrescentando, inclusive, que o seu pai havia lhe dito *que o pai dele num já foi escravo, não*. A hipótese explicativa de caráter político indicaria que eles conheceram a liberdade através de quilombos.

As referências historiográficas sobre o processo de escravidão em toda a Chapada Diamantina são muito vagas. Apesar de mencionarem a importância da atividade mineradora e da utilização da mão-de-obra cativa nas explorações auríferas, elas não revelam que implicações teve esse sistema para a formação das localidades existentes na região (Neves, 1997).

Alguns autores destacam o negro como um dos responsáveis pelo desbravamento do sertão baiano quando, ao perseguir a sua liberdade, fugia das atividades às quais estava submetido, embrenhando-se em locais que ainda não haviam conhecido povoamento (Freitas, 1955, p. 18).

A prática da fuga, como constata o historiador João José Reis, era em muito facilitada pela topografia das regiões auríferas e pela própria natureza da atividade mineradora, uma vez que esta *obrigava os escravos a circularem por áreas desabitadas na busca e prospecção de ouro*. Segundo ele, *a mineração prosseguia como atividade dos próprios escravos em fuga*, possibilitando o surgimento, em mais de um ponto no Brasil, dos *quilombolas garimpeiros* (1996, p. 16).

Vale lembrar ainda o estudo de Athayde Gonçalo Pereira que assegura que, quando os bandeirantes paulistas e mineiros chegaram àquela região, em fins do século XVII, *já tinham encontrado um pequeno povoado de creoulos* e, mais adiante, complementa: *os paulistas e portugueses unidos a elementos outros que se espalharam pelos sertões do Rio das Contas [...] já encontraram uma povoação de negros, mocambados, que ali exerciam suas atividades há longos tempos* (1940, p. 10).

Essas referências, no entanto, não são suficientes para sustentarmos a hipótese de que os moradores da comunidade de Bananal sejam descendentes de escravos fugitivos. Mesmo que possamos acreditar que, em tempos passados, os negros ali residentes vivenciaram a experiência da escravidão, ainda não obtivemos acesso a documentos que sustentem tal informação.

Os pesquisadores Messeder e Martins, com base também em entrevistas, afirmam que *os primeiros habitantes teriam se instalado ali clandestinamente, fugidos, quem sabe, das minas próximas e assegurado a integridade física através de um acordo de não delação, firmado com garimpeiros ilegais* (1991, p. 40). Ainda assim, o resultado que obtivemos não nos permite chegar à mesma conclusão.

O fato é que qualquer que seja a origem da comunidade, os negros até hoje se encontram residindo naquela localidade, trabalhando a terra, tecendo relações simbólicas e práticas culturais que os diferenciam, por exemplo, dos moradores da comunidade de Mato Grosso, habitada por brancos, e dos moradores citadinos de Rio de Contas.

No nosso entender, a vinculação com a terra assegura a Bananal permanecer identificada como uma comunidade histórica, preservando suas características primitivas, como veremos a seguir.

## O USO DA TERRA

Com a nossa pesquisa, ao observar a especificidade do arraial de Bananal, reafirmamos a conclusão a que chegaram Messeder e Martins no que diz respeito à organização econômica da comunidade: a de que a unidade produtiva é desempenhada pela *unidade doméstica*. Com efeito, mesmo sendo a terra apropriada de forma coletiva, os moradores não permitem que a produção ultrapasse o limite do domicílio familiar, atitude que em pouco os distancia do restante do campesinato brasileiro. Evidenciando isso, declara Eliseu Celestino de Aguiar: *apesar do terreno está comum, cada qual planta, colhe e apura a sua produção [...]. Ninguém sabe quanto foi a produção, porque cada um ensaca o seu e pronto*. Podemos identificar uma relação individualista no trato com o plantio e colheita: *ensacar* o seu produto informa sobre o volume da colheita capaz de ser processado por cada produtor.

O sentimento de vinculação ao território ajuda a entender o processo histórico comum daqueles moradores. A esse respeito, Maria Santa Cruz de Souza diz que *cada qual trabalha no seu hectare. É dos avós e cada qual tem seu pedacinho, não tem negócio de partilha não, agora cada qual trabalha na sua área*. Maria Mercedes dos Santos, por sua vez, diz que a divisão do terreno ficou assim:

*Dos herdeiros velhos, cada um tinha o seu pedaço de plantar sua roça; do mesmo jeito que era os mais velhos, ficaram os mais novos. Não tem confusão nenhuma, todos que chegam [os herdeiros] é só limpar e plantar, no comum, mas na paz. Não tem discussão com o terreno.*

Bananal não vive senão da terra e, sem dúvida, foi o acesso a ela que possibilitou a existência daquele povoado, como de outros em todo o sertão. Em torno de uma fração de terra, os agrupamentos negros puderam se

estabelecer e dali têm procurado extrair quase tudo quanto lhes é necessário. Passemos, desse modo, a uma análise mais detida em torno do que é produzido por parte dos arraiados naqueles terrenos.

O uso agrícola do solo é feito com base na diversificação de produtos, embora não de forma sistemática, e sem a utilização de recursos tecnológicos avançados. No cultivo da terra, os moradores plantam de tudo: *manaíba* [mandioca], *cana*, *andú*, *feijão*, como também verduras – *o quiabo*, *alfaca*, e *couve* – e arroz, cultivo raro no sertão. Conseguem, assim, extrair da terra o sustento das famílias, como afirma Anacleto Nicolau Ribeiro:

*Aqui é só roça. A gente planta uma rocinha de mandioca, a gente planta feijão das águas [nas chuvas de verão], como plantou aí agora e perdeu, esse milho que eu já estou vendendo já é da seca. Pois bem, já estou colhendo ele, [...] agora já estamos arrumando terra para plantar a planta da quaresma. Nós fazemos três planta de feijão por ano.*

O arraial de Bananal está localizado nos vales entre a Serra das Almas e a Serra do Malhado, e suas terras agricultáveis encontram-se, na sua maioria, no vale próximo ao rio Brumado. No verão, de outubro a fevereiro, o rio fica cheio, inundando os vales e impossibilitando que as terras sejam cultivadas. Em função disso, a alternativa utilizada pelos moradores é o aproveitamento das chuvas, transferindo as suas roças para as encostas no alto do terreno. De março em diante, quando se aproxima o período da seca e o rio encontra-se novamente em débito fluvial, os lavradores passam, mais uma vez, a empregar os terrenos que estiveram alagados nas margens do rio.

Ao que tudo indica, os terrenos pertencentes à comunidade passaram por sucessivas divisões que, obviamente, tiveram raízes na transmissão por herança. Mas, a não-mercantilização da propriedade, por um lado, e a redistribuição de novas áreas através da herança ou de casamentos, por outro, sedimentaram e garantiram a continuidade da comunidade e o sentimento, entre os arraiados, de pertencerem a uma grande família. Este elo entre os membros da comunidade tem adquirido tamanha coesão que as querelas são resolvidas no seio da própria comunidade.

Quando os moradores foram indagados sobre as relações que mantinham com os outros arraiados, disseram que todos eram *boas pessoas*. Anacleto Nicolau Ribeiro é o único que faz uma ressalva a uma moradora que não tem origem na comunidade. Diz ele:

*Meus vizins [vizinhos] é tudo boas pessoas, eu não tenho inimizadas aqui com ninguém, sou unido aqui mais todo mundo. Só tem uma mulher que chegou aqui, que tá morando aqui agora, nós não é mal, mas eu não gosto dessa mulher não, ela é de fora e tá morando aqui, essa tal de dona Maria.*

Isso demonstra a coesão em torno dos que são *da terra* e a reação aos *de fora*, causando certo estremecimento nas relações. Os problemas de relacionamento na comunidade, portanto, existem e demandam por uma solução que seja apreendida como legítima pelos moradores. A própria *dona Maria* (Maria Anunciada Ferreira), desafeta de Anacleto Nicolau Ribeiro, é quem melhor expressa como a comunidade resolve seus conflitos.

*Dos anos que eu estou aqui, eu nunca vi isso não [intrigas]. Se for uma coisa deles discutirem entre si, família contra família, eles mesmo corrigem uns aos outros. [...] Se eles mesmos acabarem um entrando nas terras dos outros, eles mesmo se corrigem e quem estiver errado tem que voltar para o seu lugar.*

Esses moradores, com clareza e lucidez, demonstraram-nos que a sua forma de divisão do espaço é condizente com a maneira como se estabeleceram e se encontram até hoje agregados à terra. A organização territorial é representativa da maneira como os arraiajos vivem como agrupamento. Prova disso são as respostas dadas por eles quando falam sobre o terreno que possuem, demonstrando que, através de sucessivas partilhas, ou *cessões de heranças*, como preferem designar, adquiriram *pedaços de terra* em diferentes localidades nas quais praticam a agricultura. Conforme diz Anacleto Nicolau Ribeiro:

*Eu planto em um lugar onde dá para plantar dois sacos de feijão. Eu tenho terra para plantar duas ou três tarefas de mandioca, porque a terra não é só aqui não, por esse pé de morro todo nós temos um pedacinho de terra e assim nós plantamos um pouco de coisa num pedaço de terra ou noutro pedaço, outro noutro.*

Essa forma de demarcar os espaços revela a capacidade do agrupamento de articular uma linguagem singular e de fácil compreensão para todos os moradores. Fazendo uso de tais noções, Eliseu Celestino de Aguiar explicou como ainda hoje é feita a demarcação interna e externa das terras pertencentes à comunidade: *colocamos a cerca por fora do terreno, por dentro entre nós temos nossas divisas, tem piquete, vale e cerca de pedra*. Mais adiante complementa: *mas não é para dizer que é estacado e numerada não, porque o lugar é*

*picado, cada um tem o seu.* Simbolicamente, essa delimitação do espaço onde exploram a subsistência nos indica laços com uma lógica própria.

Como em outras áreas do Nordeste brasileiro, a seca em Bananal ocorre entre os meses de março e setembro, podendo, inclusive, prolongar-se até o início do mês de novembro. Todavia, a incidência desse fenômeno normalmente só se manifesta de forma mais aguda nos intervalos de dois, três ou mesmo quatro anos, mas isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que o flagelo da seca não possa aparecer em dois ou mais anos consecutivos. Fato que pode ser observado, de tempos em tempos, no chamado polígono da seca.

A análise mais detalhada das maneiras pelas quais os moradores de Bananal se comportam frente a tal fenômeno, levou-nos a perceber as estratégias que utilizam como mecanismos de produção – simples, porém eficientes – a exemplo da transferência, já mencionada, das áreas de cultivo para os vales próximos ao rio, no intuito de minimizar o impacto do clima sobre a produção familiar. Mas, essas estratégias, pelas observações feitas, não têm se revelado suficientes para assegurar a convivência pacífica entre os homens daquela localidade e as estiagens. O problema da seca foi agravado, nos últimos anos, com a construção da barragem do rio Brumado. Vejamos como os arraiaidos lidam com a presença da seca.

Maria Santa Cruz de Souza nos diz: *ano passado foi bom para nós, teve feijão, não muito, pouca, [somente] para a gente comer e tornar a plantar. Melhor do que esse ano, que foi escasso. Teve a chuva de plantar, mas a chuva de criar não teve. Aí a roça perdeu!* Anacleto Nicolau Ribeiro, então completa: *aí agora a gente passa em baixa. Às vezes, se tiver que comprar cinco ou seis quilos de alimento, tem que voltar para três quilos, fazer o quê?* e continua: *porque quando a gente planta que a roça dá, a roça digitora [ajuda] muito a gente. E quando planta e faz como aí agora que a roça perde, a gente já passa mais ruim.*

A comunidade camponesa de Bananal é capaz de articular um conhecimento que vai além do cultivo, e explicar as conseqüências econômicas que a seca lhe impõe, como o recurso à monocultura. Para comprovar tal afirmativa, vejamos o que fala Sebastião Celestino de Aguiar:

*hoje em dia com a seca, para você ver, quando se planta uma roça vem o sol e mata. Não tem uma água para molhar direito, não tem nada. Passamos a vida toda lutando. Somente o que dá mais com estes anos secos é a mandioca, mas quando faz muita farinha e quando se chega na feira o povo já não quer [...] e esta fica sem preço.*

Essa constatação demonstra que aquele agrupamento camponês, além de combinar agricultura, trabalho e conhecimentos técnicos para produzir na terra, também é capaz de perceber que uma produção pautada na monocultura, seja ela qual for, pode ser maléfica para sua sobrevivência econômica. Esse fato é significativo para demonstrar que a capacidade de enunciar idéias ou crenças originais não se constitui em privilégio das *classes superiores*, e que as chamadas *classes subalternas* são também capazes de elaborar e compartilhar tais idéias (Ginzburg, 1987).

Outra noção que não escapa aos moradores é a que diz respeito à degradação ambiental. Discorrendo sobre os efeitos causados pelas mudanças climáticas ao longo do tempo, Maria Santa Cruz de Souza consegue expressar isso muito bem:

*Em outros tempos produzia mais e até parece que chovia mais. Tinha muito pé de árvore vivo e na beira da barragem, depois da barragem os pés de árvores secaram todos. As árvores parece que puxam chuva. Depois que as árvores na beira do rio morreram, veio a sequeidão.*

## CONTRASTES NO SERTÃO

A barragem do rio Brumado, uma iniciativa do Governo Federal, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), ameaçou de forma incisiva a reprodução socioeconômica do arraial, uma vez que o represamento das águas levou à perda de uma extensão considerável de terra, principalmente das mais apropriadas para o cultivo, localizadas nos vales úmidos e mais férteis (Messeder; Martins, 1991, p. 45). Os depoimentos dos moradores atestam o prejuízo advindo dessa obra, agravado na medida em que o DNOCS não cumpriu um acordo que previa a viabilização de um sistema de irrigação para a comunidade. Assim relata um morador: *eles prometeram que a água tomaria a faixa molhada embaixo [os vales] e que eles colocariam água para nós plantarmos na faixa seca. Cadê? Foi só promessa.*

De fato, a barragem veio a favorecer apenas os municípios de Dom Basílio e Livramento, em detrimento de localidades como Bananal, que foram obrigadas a aceitar o alagamento de suas terras em troca de uma indenização que, em nada, melhorou as condições de vida dos envolvidos. Além disso, estes foram submetidos a um constrangimento adicional, uma vez que os documentos de posse da terra foram recolhidos pelos representantes do

DNOCS. Conforme declarou Anacleto Nicolau Ribeiro, de maneira até bem humorada:

*Documento eu não tenho, porque quando o DNOCS chegou aqui ele tomou a escritura de quem tinha e não entregou mais, ele falou que vinha fazer outra escritura, mas não veio. [...] Parece que esse homem de quando veio acho que ele foi [embora] e ainda não chegou lá, porque tem muitos anos...*

No que diz respeito aos resultados advindos da construção da barragem, os arraiajos avaliam a dimensão dos prejuízos ocasionados por esse empreendimento. Como demonstra a fala de Sebastião Celestino de Aguiar,

*[a barragem] só deu renda para Livramento, mas, para a região aqui, antes deu prejuízo, porque as beiras de terra que eram mais frescas a água tomou conta [e por isso] ninguém tem nada. Acabou até a criação e tudo enfim. As baixas de terra melhor, quando enche, toma de água, ninguém pode plantar nada.*

Messeder e Martins afirmam que, a princípio, as comunidades negras seriam priorizadas para incorporação ao projeto de desenvolvimento agrícola do DNOCS. Entretanto, na época da definição dos critérios para a ocupação da área irrigada, aqueles agrupamentos foram excluídos, devido, segundo a visão dos representantes do órgão, ao fato de não se enquadrarem no sistema cooperativista proposto (1991, p. 45).

Constata-se que o Estado e seus governos estão despreparados para resolver problemas de comunidades que não se enquadram nas formas modernas de organização e que mantêm práticas culturais históricas, assentadas em valores que fogem à atual lógica de mercado. Os moradores de Bananal ficaram sem alternativas e sem apoio de organizações governamentais, que se mostraram incapazes de compreender a especificidade, historicamente construída daquela comunidade. Desta primeira incapacidade governamental, decorre uma segunda: a de arquitetar um projeto de desenvolvimento capaz de, simultaneamente, resguardar as formas tradicionais de posse e uso da terra que se mostram diferenciadas das usualmente praticadas na sociedade moderna. O relatório expedido pelo órgão federal, o DNOCS, registra:

*A situação fundiária, principalmente nos locais mais povoados (Barra, Bananal, e Riacho das Pedras), é das mais conturbadas. Para ali existem escrituras seculares comprovando o domínio do imóvel, apesar de em muitos não constarem área ou confrontante [...] criou-se um quadro de difícil*

*reconhecimento [...] agravado com a morte ou migração dos herdeiros* (apud Messeder; Martins, 1991, p. 45).

Estamos diante de uma situação de inoperância, pois os representantes do Estado parecem desconhecer os meios e instrumentos documentais capazes de dirimir tais dúvidas no *quadro de difícil reconhecimento*.

A seguir, utilizaremos um trecho da entrevista realizada com Eliseu Celestino de Aguiar, por entendermos que o seu relato é capaz de resumir todo o anseio dos moradores de Bananal, além de evidenciar que esses camponeses, considerados portadores de uma cultura inferior, são capazes de comunicar suas idéias de forma original e bem articulada. A maneira do moleiro friulano Menochio, no século XVI, tornado célebre por Carlo Ginzburg (1987), Elizeu Aguiar demonstra o seu desejo de, um dia, vir a expressar as suas convicções às autoridades oficiais. A riqueza das idéias expostas justifica a transcrição na íntegra.

**Entrevistador:** *A terra que o senhor produz é de quem?*

**Eliseu:** *A terra que eu produzo, que eu criei e acabei de ficar velho foi a que a barragem veio e tomou... O piquete, que foi colocado pelo DNOCS, foi muito em cima, nos lugares ladeirados. Nos estambo do terreno [no alto] e no baixil água comeu. Então fiquei sozinho mais uma velha [a esposa] e uma moça. Os meninos de trabalho não quis ficar... porque a terra que dava cultura a água comeu, só ficou o estambo do lugar [o local alto e seco]. Eles [o DNOCS] poderiam até me tirar do estambo, mas eles não querem me dar um lugar igual ao meu.*

**Entrevistador:** *Eles quem?*

**Eliseu:** *A companhia que tomou o lugar. O piquete está lá [aponta], então agora é do Governo. Este lugar aqui agora é deles, eu estou morando aqui é emprestado, se eu facilitar, não andar direito, chega o chefe aqui e fala assim: "você tem vinte e quatro horas para desocupar isto daqui".*

**Entrevistador:** *E quem é que pode fazer isso?*

**Eliseu:** *Eles [os representantes do DNOCS] falam isto: "se os moradores que estão dentro do piquete não unirem uns com os outros e vir a dar parte deles com 24 horas eles mandam ir embora". As pessoas saem sem direito. Tudo é deles. Então quem mora em um lugar desse é o quê? Mora no lugar, mas o lugar não é nosso. Eu moro aqui, mas o lugar não é meu.*

**Entrevistador:** *O terreno era do senhor?*

**Eliseu:** *Antigamente. Um lugar de meu tataravô de trezentos anos, então o DNOCS tomou e disse que é deles.*

**Entrevistador:** *O senhor recebeu alguma indenização?*

**Eliseu:** *Eles pagaram. Eu mesmo recebi um agrado do benefício que eu fiz. Quando o doutor [representante do DNOCS] chegou aqui o lugar mais*

*cultivado que teve foi o meu... porque eu estava encostado [trabalhando ao lado de] mais quatro ou cinco filhos, então achou roça minha, achou roça de filho, achou muito anduzeiro, achou muita mandioca, muita cana, muito milho, daí em diante eles me deram um agrado pelo que eu tinha no local. Mandou a rapaziada medir o que tinha, até pé de anduzeiro foi contado. De quando começou isto [a construção da barragem] nem cafezeiro eu quis plantar, pois eu sabia que iria ser perdido. De meu terreno só encontraram três pés de mangueira e bananeira mais de quinhentos pés; cerca de pedra achou mais de trezentos metros, não me pagaram. Tudo isso aqui é do governo.*

**Entrevistador:** *Em termos de documentação, o senhor tem alguma?*

**Eliseu:** *Eles levaram tudo. Chegavam aqui fazia um atestado e levavam os documentos tudo. Isto tudo agora é deles [pausa]. Eu estou aqui de agregado, viu?!*

**Entrevistador:** *Vocês aqui na comunidade ainda não se organizaram e foram buscar esta documentação, não?*

**Eliseu:** *Mas aí vai dar trabalho. Eles fizeram isso porque queriam fazer a barragem, a barragem agora já está feita. Eles queriam me levar lá para o sertão, mas eu não quis. Estou acostumado aqui na beira do rio: terra fresca, lugar sossegado e quem foi para lá e não se deu bem, está aqui no Rio de Contas. Isto aqui é do DNOCS, viu? O piquete está ali [aponta]. Dali para lá tudo é deles.*

**Entrevistador:** *O senhor tem receio que eles venham tirá-lo daqui?*

**Eliseu:** *Eu não tenho medo... já me criei. Estou criado. Hoje tenho oitenta e poucos anos. Eu digo para eles: "encosto em qualquer lugar e acabo de passar esses dias de morrer e pronto". Aaah, esta é uma coisa que eu não tenho medo. Se eles disserem: "sai!!!" [ênfase], eu digo para eles: "vocês puxam o carro e põem minha bagagem, vamos embora". Eu vou na mesma hora... e não peço menos [piedade]. Se falarem: "Ô Eliseu, você quer sair daqui?". Eu digo: "É neste instante...". Mas não é o governo? Não é o governo que vai estar mandando? Pois então eu estou dentro e digo: "Olha aqui, nego velho, eu queria trabalhar um pouquinho era na sua casa, mas eu não trabalhei por quê? Aaah... , senão eu iria trabalhar para você, para eu sair de roça [ênfase]". Eles iriam ficar me olhando com aquele olhinho. Eu falava para eles: "**eu queria era trabalhar com vocês**" [Grifo nosso].*

Eliseu Celestino de Aguiar, tendo acompanhado todo o processo de desapropriação da terra, demonstra, pelo seu relato, entender como funciona o poder burocrático e tem a aguda consciência de que a comunidade está impotente diante dessa força. Em sua fala, os agentes das políticas públicas representam a face mais imediata e visível de um poder que se mostra incapaz de dialogar com os arraiados prejudicados, que, por sua vez, se revelam desassistidos para enfrentar processos dessa natureza. Ao afirmar, para os representantes do Estado, o desejo de com eles trabalhar, Eliseu assevera seu entendimento acerca dos mecanismos que regem as relações entre o poder e as comunidades camponesas, como Bananal, e se exhibe ciente das prerrogativas

e vantagens que desfrutam aqueles que controlam o *establishment*.

Esse tipo de discurso surpreende, mas não tem poder de convencimento. Primeiro, não se inscreve em práticas culturais letradas e, segundo, a questão central não reside no discurso, e sim na força e no jogo de interesses de grupos que se realizam fora da comunidade, e ela não domina referências suficientes para suas leituras. É bastante ilustrativa a resistência dos arraiaados às investidas e ao assédio do órgão federal, que estimula a desagregação total da comunidade e a desocupação da área. O DNOCS ofereceu até mesmo lotes fora dos núcleos originais da comunidade. Lotes que não possuíam a mínima infra-estrutura necessária à sobrevivência daquelas pessoas, conforme ficou asseverado: *quem foi para lá e não se deu bem está aqui no Rio de Contas*.

Alguns obstáculos para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade têm se colocado na medida em que os arraiaados, mesmo perdendo as suas melhores faixas de terra, não conseguiram usufruir os benefícios advindos com a construção da barragem. Um desses empecilhos é o fato de os moradores serem impedidos de pleitear qualquer financiamento oficial, uma vez que os órgãos fomentadores de crédito agrícola exigem a apresentação da escritura pública de posse da terra, lavrada em cartório. Sem dúvida, o excesso de burocracia no Brasil parece constituir uma eficiente prática para afastar o poder público dos que mais necessitam de acompanhamento e de crédito.

No caso de Bananal, a situação agrava-se ainda mais, já que seus moradores, pelas normas estabelecidas pelo Governo, mesmo que aceitem, estão impedidos de formar ou participar de cooperativas ou associações de produtores rurais, ficando mais uma vez impossibilitados de se reorganizarem sob outras formas alternativas de garantia de sobrevivência. Sebastião Celestino de Aguiar admite a validade de uma cooperativa e entende como ela funciona. Para ele, *a cooperativa se estivesse em um lugar era bom, porque ali vendia uma semente, quando fosse na ocasião que desse a lavoura, a cooperativa mesma comprava, as cooperativas servem em outros lugares para isso*.

Os laços comunitários em Bananal sofrem abalos constantes, pois a migração vem se constituindo em um processo grave que ameaça a comunidade e que foi ampliado com a construção da barragem. Essa construção foi a responsável pelo êxodo de muitos jovens nascidos naquele povoado: *Os meninos de trabalho não quis ficar [...] porque a terra que dava cultura a água comeu*, diz um dos

moradores. Sebastião Celestino de Aguiar conhece muito bem as razões que motivam a saída desses homens, quase sempre frustrantes:

*Saem para fora, porque não tem um conforto. O lugar é fraco. Uns vão para São Paulo; outros vão para o Paraná, porque não tem um emprego bom, só planta uma roça de vez em quando e às vezes perde, aí os homens ficam todos desanimados. Tem hora que [eles] saem achando que ficará melhor mas fica quase a mesma coisa ou pior.*

O trabalho como bóia-fria nos canaviais ou na construção civil normalmente é o caminho encontrado para os que migram. É ela, a migração, um fator, por natureza, desagregador da família, dos laços de amizade, como também a responsável pela indisponibilidade de parceiros para o casamento e pelo grande número de idosos, mulheres e crianças na comunidade.

Em função disso, em Bananal não é raro encontrar mulheres chefes de família, responsáveis tanto pelas atividades domésticas como pela lavoura e sua comercialização. Normalmente essas mulheres cultivam os terrenos marginais ou os que estão próximos ao rio, buscando, através da horticultura, garantir a feira para sustentar os filhos.

Os terrenos mais apropriados para essa atividade são escassos, de modo que as áreas mais úmidas são exploradas palmo a palmo. Nesse sentido, os depoimentos demonstram como os arraiaidos fazem para extrair da terra o máximo de produtos. Como afirma Maria Anunciada Ferreira: *coloco muitas coisas dentro da terra e, quando eu vejo que uma estraga a outra, arranco, quando vejo que um não produz também, arranco e coloco outra que produz*, e acrescenta o que fazem para produzir durante todo o ano: *a gente molha com a água nativa da terra, a gente faz aqueles tanques* [pequenos buracos no leito arenoso do rio] *e vai molhando de balde.*

## AÇÃO E INTERAÇÃO

A feira é o maior elo entre o arraial e o mundo exterior. É na feira que a comunidade comercializa seus produtos, e é ali que o cidadão vai ao seu encontro para adquirir os legumes, a batata doce, a mandioca, o feijão, um pouco de milho etc. Por outro lado, como observou Fernand Braudel, ao comentar a obra de Marvin Harris (**Town and country in Brazil**) sobre Rio de Contas, também é na feira que o homem da cidade demonstra *sentir-se*

*superior a esses camponeses, hóspedes do sábado, no dia do mercado, a esses clientes desajeitados das lojas, reconhecíveis à primeira vista pelas roupas, pelo sotaque, pelas maneiras e mesmo pelo rosto.* Como ressalta o autor estrangeiro, é por essa forma de olhar que os cidadãos identificam os negros de Bananal. Já para os arraiaados, adverte Fernand Braudel, *a cidade, [...] sem mais, é o comércio* (1978, p. 223). E Anacleto Nicolau Ribeiro o confirma quando diz: *eu só vou lá vender as coisinhas da roça, quando a gente tem para vender.* A feira, espaço de trocas e de encontros, enfim, de sociabilidades, para os arraiaados é apenas o lugar de realização de parte da subsistência.

Essa relação de interdependência comercial entre os arraiaados e a cidade existe há muito tempo. Fernand Braudel registra: *Minas Velhas não vive, sem mais, dos vilarejos bastante pobres e incultos de seus arredores, e, para exemplificar, cita, entre outros, Bananal* (1978, p. 222).

Com efeito, os moradores de Bananal também sabem que necessitam manter com a cidade um canal de comunicação aberto, pois é ali que podem adquirir crédito. Desse modo, a feira aparece como um verdadeiro entreposto comercial. As comunidades camponesas movimentam o comércio local, vendendo e comprando, e a falta de um produto implica prejuízo para o outro: *Quando não leva mercadoria tem que comprar. É sempre assim...*, constatam eles, ao tempo em que revelam uma consciência da importância de sua atividade para os moradores da cidade e estabelecem critérios: *Vendo para os negociantes. Não gosto de vender a retalho. [...] Perguntei ao sujeito se ele agüentava comprar quatro sacos de feijão, ele disse: "agüento". Então mandei levar;* relata o lavrador e, pelo visto, também bom comerciante, Eliseu Celestino de Aguiar.

A religião de Bananal é a Católica Apostólica Romana e é, também, fator de ligação com as outras comunidades vizinhas e com Rio de Contas. É comum os moradores afirmarem que o seu divertimento é ir às missas dominicais ou às festas religiosas nas comunidades vizinhas: Mato Grosso, Rio de Contas, Livramento; e, como bons religiosos sertanejos, alguns costumam ir em romaria a Bom Jesus da Lapa. Deixam escapar que, às vezes, consultam uma rezadeira, mas negam com muita veemência qualquer aproximação maior com cultos afro e com o espiritismo. Afirmam, inclusive, desconhecer outras denominações dos santos a não ser aquela proclamada pela Igreja. Esse distanciamento, confirmado pelas entrevistas, dos negros de Bananal em relação às religiões de raiz africana, não é específico daquela

comunidade. Como assegurou Fernand Braudel, *o negro de Minas Velhas rompeu inteiramente com os cultos africanos que, aliás, são a fonte viva de sua originalidade* (1978, p. 232). As razões que explicam esse comportamento extrapolam os limites deste artigo.

O lazer na comunidade é reservado aos finais de semanas, momentos em que ocorrem as comemorações, as festas religiosas e demais atividades lúdicas, conforme assinala Sebastião Celestino de Aguiar: *só quando tem um aniversário ou um baile que é particular, mas as outras festas tudo é da igreja*. No tocante a estas festividades religiosas, é muito comum, como em todo Brasil, desdobrarem-se em dois momentos, nem sempre bem discerníveis: o religioso e o profano. Maria Mercedes dos Santos esclarece em relação a estas festas:

*O divertimento daqui da comunidade é quando tem uma festa, o povo está todo unido, os que bebem, bebem. Os que gostam de dança, dançam. Os velhos que a perna não dá mais para dançar eles ficam ali apreciando, prosando com os amigos; também no dia de domingo tem o culto na igreja, ajunta as comunidades, canta os cânticos, depois ali bate um papo, cada qual vai para sua casa e todos ficam satisfeitos.*

As entrevistas coletadas indicam que as relações entre os moradores de Bananal e de outras comunidades, a exemplo de Mato Grosso, se caracterizam por um sentimento de não aceitação das diferenças, de discriminação e preconceito nas suas diferentes formas de manifestação.

*Eles não gostavam de enterrar preto junto com eles, mas enterrava. Depois fizeram um cemitério em Barra, não enterrou mais em Mato Grosso. Os brancos quando mortos iam para Fazendola, e os pretos iam para Barra. Mas agora [...] cada qual já tem seu cemitério: Mato Grosso tem, Fazendola tem, Jiló tem. Ô moço! Nós já sofremos muito carregando defunto de um lugar para o outro, hoje em dia é que não se carrega mais. Ficou muito melhor. [...] Mas Mato Grosso tinha uma coisa com negro, eles não gostavam.*

Este processo colaborou para que os agrupamentos negros de Rio de Contas viessem a se constituir numa unidade histórica específica, caracterizada, não pelo auto-isolamento, mas pelo isolamento resultante do racismo (Messeder; Martins, 1991, p. 47), como assinala um dos moradores: *Mato Grosso [comunidade de brancos] só casa com pessoas mesmo de lá, os daqui é que misturam, mas os de Mato Grosso, não*. Anacleto Nicolau Ribeiro afirma que, se dependesse dele, esta separação não se verificaria: *a situação hoje está a mesma*

*coisa, porque os de lá não vêm casar aqui e nem os daqui vão casar lá. Agora, se eu não tivesse casado, eu ia procurar uma menina lá, ia casar lá, mas eu já casei.*

O preconceito sofrido por aquelas comunidades acentua-se na medida em que se verifica uma grande disparidade entre os agrupamentos negros e as comunidades de brancos, quanto ao acesso aos recursos que propiciam melhores condições de vida e trabalho. O desconhecimento das condições desiguais de distribuição dos recursos naturais, como a água, leva os menos avisados a interpretar, de forma determinista, que os brancos são engenhosos, trabalhadores, e a reforçar o estereótipo do preconceito de que os negros são preguiçosos e incapazes. Se desconhecemos a historicidade e os valores específicos das comunidades negras, estaremos contribuindo para acentuar os processos mentais e ideológicos de segregação, o que nos coloca frente a uma outra questão fundamental, que é a inexistência de serviços públicos para as necessidades básicas dessas comunidades. Este fato também demarca e diferencia socioeconômica e culturalmente tais comunidades, haja vista que os moradores da comunidade de Mato Grosso, por exemplo, podem, ali mesmo, concluir o ensino médio, enquanto que aqueles que moram em Bananal têm que se contentar com a formação primária, oferecida por uma única professora, alojada em um pequeno prédio, no qual atende da pré-escola às quatro séries do ensino fundamental durante o período matutino. Segundo a professora Maria de Lourdes N. Aguiar, as dificuldades que enfrenta são várias: *porque a turma é mista, do pré até quarta série, [...] o gíz da prefeitura mesmo eu recebi uma caixinha no ano passado [...] mas nunca mais recebi.*

O fornecimento e o preparo da merenda escolar, bem como a limpeza do colégio, são tarefas da própria professora, que afirma: *na escola não tem merendeira e eu me sacrifico para fazer a merenda para os meninos.* O desenvolvimento de tantas atividades paralelas levou Maria Anunciada Ferreira a declarar: *Ela não sabe se trabalha de professora, de faxineira ou de cozinheira;* mas, por outro lado, mostra a disposição da professora em garantir o ensino para as crianças, contra todas as adversidades. A falta de oportunidade educacional, pelo que se vê, é uma forte característica da exclusão que sofrem as comunidades negras daquela região e que reforça os estereótipos culturais. Dentre os mais velhos, poucos foram alfabetizados. Sobre a dificuldade ou os motivos que levaram muitos arraiados a não estudarem, é novamente Eliseu Celestino de Aguiar quem revela:

*Porque naquele tempo que eu era menino de dez ou doze anos não tinha escola por aqui, só tinha escola em Rio de Contas e Mato Grosso, nem no Jiló não tinha, então os meninos daqui dessa redondeza e de Barra do Brumado ficaram sem aprender... Depois de eu grande, já com dezessete para dezoito anos, foi que eu vim aprender a letra do ABC com uma velha. Ela disse: “Ô Eliseu, venha roçar [trabalhar com foice] para mim”. Era mês de agosto, um sol quente danado [...], depois do almoço ela viu eu folheando uns livros velhos, era uma hora da tarde, eu já estava pronto para ir para a roça, aí ela disse: “venha cá, olhe aqui para o livro e diz o que você está vendo”. [...] Eu disse: “eu estou vendo aí tanta coisa, umas coisas bonitas, umas figuras bonitas, mas não sei dizer o nome delas”. Ela disse: “Ô meu filho, coitado! [...]” e disse: “Eu vou ensinar você a assinar o nome porque faz dó [...]”. Aí riscou 25 letras do alfabeto e estava me ensinando; depois meu pai brigou com a gente [...] e ela não quis mais me ensinar, então eu fiquei sem aprender...*

Esse depoimento se inscreve na trajetória da maioria dos afrodescendentes e elucida a forma como se processou a abolição do trabalho escravo no Brasil. A falta de oportunidades para acesso à educação formal bem atesta a inacessibilidade a outros bens e serviços inscritos num padrão de vida para os denominados cidadãos. Vimos aflorar, nos depoimentos, diferenças de linguagem e analogias surpreendentes que nos permitem avaliar como a memória, através da narrativa, explica as razões que impossibilitaram a aprendizagem da leitura, bem como expressa todo o aprendizado prático acumulado durante a vivência, seja de Eliseu Celestino de Aguiar, seja dos outros arraiados, que não moravam nas localidades que possuíam escolas: Rio de Contas e Mato Grosso.

Uma última questão que gostaríamos de ressaltar diz respeito à exploração turística naquela localidade, e que vem florescendo em toda a Chapada Diamantina. Talvez pela novidade, não se criou ainda uma infraestrutura que beneficie tanto o turista quanto as comunidades envolvidas. Pelo que tem se verificado até o momento, podemos seguramente concluir que pelo menos a comunidade de Bananal nada pôde usufruir dessa exploração. Ao que tudo indica, para os turistas, aquele agrupamento aparece apenas como uma curiosidade exótica para ser visitada e apreciada. Isso fez com que a professora Maria de Lourdes N. Aguiar afirmasse: *os turistas são sempre passageiros, às vezes chegam, dão uma voltinha por aí, dão uma prosinha, visitam, tiram fotos [...] e tchau!*

## CONCLUSÃO

Este artigo representa um esforço para captar as características da comunidade de Bananal, a sua trajetória, as formas de convívio entre os seus moradores; busca, ainda, identificar os vários laços que os unem, o grau de coesão entre eles e as divergências no interior da comunidade. Pretendemos, também, demonstrar que apesar de sofrerem a pressão do processo de aculturação e de influências externas, os moradores deste *arraial de negros* se caracterizam como agentes, sujeitos sociais que resistiram mantendo suas terras (ante a perspectiva de vendê-las e adotarem outras formas de sobrevivência), referenciado nos próprios valores e em formas específicas de sobrevivência. Por outro lado, o contato com a comunidade permitiu perceber a vulnerabilidade de seus moradores com relação às inúmeras dificuldades que ameaçam a sua existência.

A História Oral foi o farol a guiar essa discussão e, com efeito, contribuiu para recuperarmos um pouco da história daquela comunidade através das lembranças dos seus próprios moradores, possibilitando, assim, a revelação tanto dos mecanismos de preservação da identidade quanto das práticas de sobrevivência, intimamente ligadas à terra. Constatamos que a História Oral, além de constituir uma técnica para a reconstrução do passado, transcende com facilidade essa expectativa e demonstra um potencial que corrobora tanto a história, como o próprio indivíduo, pois este, ao relatar o vivido ou sabido, beneficia-se deste relato para também repensar e reconstruir sua própria trajetória de vida. Bom Mehi assim define: *a história oral tem dupla função política, visto que se compromete tanto com a democracia – que é a condição para sua realização – como com o direito de saber – que permite veicular opiniões variadas sobre temas do presente* (1996, p. 23). Muitas vezes, esse relato serve para melhor integrar o indivíduo no mundo em que vive, contribuindo para desencadear uma relação educativa. Para Thompson:

*A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recree a multiplicidade original dos pontos de vista. Em sua maioria os historiadores fazem julgamentos implícitos ou explícitos- o que é muito certo, uma vez que a **finalidade social da história** requer uma compreensão do passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente* (1992, p. 245).

Dessa forma, o sentido deste trabalho foi o de contribuir para entender o universo e as formas de pensar de sujeitos históricos que não tiveram oportunidade de registrar o relato de suas experiências por meio da escrita, em espaços institucionalizados.

Finalizamos com a palavra de dona Maria Santa Cruz de Souza que, apontando para uma velha igreja em ruínas disse: *ali é importante, porque a casa mais velha do lugar foi aquela. Se derrubar aquela casa ali a gente sente aquela emoção [...], parece que derrubou um lado [a história?!] do lugar.*

Se invertermos a lógica que preside por vezes a postura do pesquisador e nos colocarmos na condição de ouvintes, poderemos ler e aprender com os testemunhos de pessoas como Eliseu Celestino de Aguiar, num convite explícito para que o escutássemos e, consciente de seu poder de guardar informações importantes para nós, declarava enfático, olhar perdido no vazio... *Ah! Eu sei de tudo...*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOM MEHI, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. de Queiroz/Ed. da USP, 1987.
- BRAUDEL, F. No Brasil baiano: o presente explica o passado. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 219-232.
- CARDOSO, C. F. Introdução: História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.
- FREITAS, M. M. de. **Estradas & cardos: descrição histórica dos sertões baianos**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1955.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MESSERER, M. L. L.; MARTINS, M. A. M. Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor. **Caderno CRH**. Salvador: UFBA, p. 36-49, 1991.
- NEVES, E. F. **Dimensão histórico-cultural: Chapada Diamantina**. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. v. 20, 1997.
- PEREIRA, A. G. **Minas do Rio de Contas**. Salvador: IGHB, 1940.
- REIS, J. Uma História de liberdade. In: REIS, J.; GOMES, F. dos S. (Org). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1983. p. 09-25

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

## **BANANAL: TRAVAIL ET CONVIVIALITÉ DANS UNE COMMUNAUTÉ DE NOIRS**

### **RÉSUMÉ**

*Dans cet article, nous faisons une analyse de la communauté de noirs de Bananal, village située dans les environs de la ville de Rio de Contas - Bahia. En nous servant de la technique de l'Histoire Orale, nous avons recueilli des propos de résidents de ce village. Notre souci: chercher à racheter leurs perspectives de vie en face des souvenirs et des itinéraires familiaux, qui se confondent avec le parcours historique de la communauté elle-même. C'est ainsi que nous voyons se révéler de multiples aspects du quotidien des villageois qui travaillent comme agriculteurs et cultivent des habitudes centenaires, malgré d'innombrables transformations imposées par l'État qu'y intervient avec des politiques, des technologies et des valeurs propres de la société moderne.*